



ESAF
Escola de Administração Fazendária

IRB Brasil Resseguros S. A.

Concurso Público - 2005/2006

Cargo: **ADVOGADO**

Prova A.2 - Conhecimentos Específicos

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
"A confiança em si mesmo é o primeiro segredo do sucesso."
- 4 - DURAÇÃO DA PROVA: **4h30min.**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **90 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e.**
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Sobre princípios constitucionais, princípios constitucionais do trabalho, hermenêutica constitucional, classificação das normas constitucionais e tipos de constituição, assinale a única opção correta.

- a) Segundo a doutrina, os princípios político-constitucionais são materializados sob a forma de normas-princípio, as quais, freqüentemente, são desdobramentos dos denominados princípios fundamentais.
- b) Por ser um direito fundamental do trabalhador, o princípio da irredutibilidade salarial não admite exceções.
- c) Segundo a doutrina, na interpretação restritiva de uma norma constitucional, o intérprete deve restringir o domínio normativo atingido pela efetividade da norma para adequá-lo ao programa normativo.
- d) Uma norma constitucional classificada quanto à sua aplicabilidade como uma norma constitucional de eficácia contida não possui como característica a aplicabilidade imediata.
- e) Uma constituição é classificada como popular, quanto à origem, quando se origina de um órgão constituinte composto de representantes do povo.

02- Sobre Controle de Constitucionalidade, assinale a única opção correta.

- a) Observadas as peculiaridades relativas às suas proposituras, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade têm caráter fungível.
- b) Segundo o novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, é possível a aplicação, no direito brasileiro, do conceito de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias, defendido na obra de Otto Bachof, uma vez que a enumeração de cláusulas pétreas, no texto original da Constituição, imporia uma hierarquia entre as normas constitucionais originárias.
- c) Nos termos da legislação que disciplina a matéria, não há, na ação direta de inconstitucionalidade, possibilidade de intervenção de terceiros ou de manifestação de outros órgãos ou entidades distintos daquele que propôs a ação.
- d) Na concessão de medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, seus efeitos serão, regra geral, *erga omnes* e *ex tunc*.
- e) Não cabe nenhum recurso contra a decisão que declara a constitucionalidade de uma norma em uma ação declaratória de constitucionalidade; tampouco caberá ação rescisória.

03- Sobre evolução político-constitucional, sistema de repartição de competência na organização do Estado brasileiro, Estado-membro e Intervenção no Estado e nos Municípios, assinale a única opção correta.

- a) Sob a ordem constitucional de 1824, o Poder Judiciário era composto por juizes nomeados pelo Imperador, que podiam ser suspensos mediante processo e audiência do Conselho do Estado; sob a Constituição de 1891, os juizes tinham garantia de irredutibilidade de vencimentos, mas não eram vitalícios.
- b) A constituição de 1937 rompeu com o bicameralismo, ficando a atividade legislativa a cargo, exclusivamente, da Câmara dos Deputados.
- c) Em razão do sistema de repartição de competências adotado na Constituição de 1988, regra geral, tem-se que as atribuições e competências dos municípios são definidas indicativamente.
- d) A intervenção da União no Estado, para prover a execução de decisão judicial, far-se-á, tão-somente, por meio de requisição do Supremo Tribunal Federal.
- e) Como o controle político do ato de intervenção cabe ao Congresso Nacional, todo decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo constitucionalmente estabelecido.

04- Sobre Poder Executivo e Defesa do Estado Democrático e das Instituições Democráticas, assinale a única opção correta.

- a) Por força de disposição constitucional, as posses do Presidente e do Vice-Presidente da República deverão ser sempre simultâneas, sob pena dos cargos serem declarados vagos.
- b) Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros dos Tribunais Superiores, o presidente e os diretores do Banco Central.
- c) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da instauração do processo por crime de responsabilidade ou do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns.
- d) Em razão de sua condição de mero órgão de consulta, a audiência prévia do Conselho de Defesa Nacional, pelo Presidente da República, para fins de decretação do estado de defesa é facultativa, decorrendo de decisão discricionária do Presidente da República.
- e) Na vigência do estado de sítio, poderá haver restrição da liberdade de reunião, não sendo admitida a suspensão desse direito, uma vez que ele tem proteção constitucional até mesmo contra alterações pelo poder constituinte derivado.

05- Sobre Poder Legislativo, assinale a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, o número total de Deputados Federais, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, deve ser ajustado por lei, proporcionalmente à população, no ano das eleições para o Congresso Nacional.
- b) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.
- c) Se um Senador, após a posse, continuar como proprietário de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ele estará sujeito à perda de mandato, a ser declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
- d) Uma medida provisória aprovada sem alteração do seu texto original não é encaminhada à sanção e promulgação pelo Presidente da República, sendo convertida em lei e promulgada pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional.
- e) Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, bem como a legalidade dos atos de concessão de melhorias posteriores, mesmo que delas não decorra alteração no fundamento legal do ato concessório.

06- Sobre o Poder Judiciário, assinale a única opção correta.

- a) Conforme dispõe o texto constitucional, o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores.
- c) O Conselho Nacional de Justiça não pode, de ofício, rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- d) Em razão de alteração do texto constitucional promulgado em 1988, as causas relativas a violações de direitos humanos passaram a ser de competência da Justiça Federal.
- e) Mesmo decorrentes da relação de trabalho, as ações de indenização por dano moral não se inserem na competência da Justiça do Trabalho, sendo processadas e julgadas na Justiça Comum.

07- Sobre Administração Pública, assinale a única opção correta.

- a) Com a nova redação constitucional para os limites de remuneração do servidor público, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- b) É garantido ao servidor público, nos termos de lei específica, o direito à livre associação sindical.
- c) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação aos requisitos estabelecidos para os demais servidores públicos, para os professores que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério.
- d) A contribuição para custeio da previdência social não incidirá sobre os proventos de aposentadoria e de pensão, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.
- e) É possível, nos termos definidos em lei, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para servidores públicos que sejam portadores de deficiência.

08- Sobre Funções Essenciais à Justiça, assinale a única opção correta.

- a) Cabe à Advocacia-Geral da União, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, representar, judicial e extrajudicialmente, e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes da União.
- b) Aos integrantes da carreira de defensor público da União é garantida a inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado ao membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
- d) Em razão de sua autonomia financeira e administrativa, durante a execução orçamentária do exercício, o Ministério Público poderá, justificadamente, assumir obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que já esteja em tramitação no Congresso Nacional pedido de abertura de crédito suplementar ou especial.
- e) Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, sem possibilidade de recondução.

09- Sobre direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres individuais, difusos e coletivos e garantias constitucionais, assinale a única opção correta.

- a) A liberdade de manifestação do pensamento, nos termos em que foi definida no texto constitucional, só sofre restrições em razão de eventual colisão com o direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- b) São imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia os crimes definidos como hediondos, na forma da lei.
- c) Por ser direito personalíssimo, os indivíduos só têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.
- d) Nos termos do texto constitucional, a todos são assegurados, como direito individual, os meios que garantam a celeridade da tramitação do processo judicial e administrativo.
- e) Com relação aos efeitos do mandado de injunção, o Supremo Tribunal Federal adota, de forma majoritária em suas decisões, a posição concretista individual intermediária.

10- Sobre ordem social, seguridade social, meio ambiente, ordem econômica e financeira, atividade econômica do Estado, princípios das atividades econômicas, propriedades da ordem econômica, sistema financeiro nacional e disposições constitucionais transitórias, assinale a única opção correta.

- a) Dentro da disciplina constitucional de proteção do meio ambiente, as usinas estaduais que operem com reator nuclear, desde que de acordo com o Plano Nacional de Proteção Ambiental, poderão ter sua localização definida em lei estadual.
- b) Em caráter excepcional, presentes as condições definidas no texto constitucional, os benefícios da seguridade social relativos aos idosos poderão ser majorados, sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) O produtor que exerça sua atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção.
- d) Em razão de alteração do texto original da Constituição Federal de 1988, o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida, por particular, dependerá de autorização expressa da União.
- e) Nos termos da Constituição Federal, a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira incide nos lançamentos das companhias securitizadoras.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11- Assinale a opção falsa.

As empresas públicas federais, no direito brasileiro, submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas no que toca:

- a) aos direitos e obrigações civis.
- b) às obrigações trabalhistas.
- c) ao foro, nas causas de competência da justiça comum.
- d) às obrigações tributárias.
- e) à forma de organização.

12- Assinale a opção que veicula, concomitantemente, elementos do ato administrativo e do ato jurídico *lato sensu*:

- a) agente/motivo/objeto
- b) motivo/finalidade/forma
- c) motivo/objeto/forma
- d) finalidade/agente/objeto
- e) agente/forma/objeto

13- Assinale a opção que contemple dois exemplos de atos administrativos que não são passíveis de extinção por revogação.

- a) Autorização para porte de arma/licença para o exercício de profissão regulamentada.
- b) Autorização para uso de bem público/ edital que declare abertas as inscrições para concurso público.
- c) Edital de licitação na modalidade de concorrência/alvará de autorização de funcionamento.
- d) Posse candidato aprovado em concurso público e previamente nomeado/ atestado médico emitido por servidor público médico do trabalho.
- e) Homologação de concurso público/ ato que declare dispensa de licitação.

14- Tício, servidor público de uma Autarquia Federal, aprovado em concurso público de provas e títulos, ao tomar posse, descobre que seria chefiado pelo Sr. Abel, pessoa com quem sua família havia cortado relações, desde a época de seus avós, sem que Tício soubesse sequer o motivo.

Depois de sua primeira semana de trabalho, apesar da indiferença de seu chefe, Tício sentia-se feliz, era seu primeiro trabalho depois de tanto estudar para o concurso ao qual se submetera. Qual não foi sua surpresa ao descobrir, em sua segunda semana de trabalho, que havia sido removido para a cidade de São Paulo, devendo, em trinta dias adaptar-se para se apresentar ao seu novo chefe, naquela localidade.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência do Direito Administrativo Brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) A conduta do Sr. Abel não merece reparos, posto que amparada pela lei.
- b) O Sr. Abel agiu com excesso de poder, razão pela qual seu ato padece de vício.
- c) O Sr. Abel agiu corretamente, na medida em que Tício ainda se encontrava em estágio probatório.
- d) O Sr. Abel incidiu em desvio de finalidade, razão pela qual o ato por ele praticado merece ser anulado.
- e) Considerando que o ato do Sr. Abel padece de vício, o mesmo deverá ser revogado.

15- Assinale a opção que contemple cláusula exorbitante possível nos contratos públicos e privados.

- a) Rescisão unilateral do contrato.
- b) Exigência de garantia.
- c) Alteração unilateral do contrato.
- d) Anulação.
- e) Retomada do objeto.

16- Assinale a única opção verdadeira.

Estão dispensadas da realização de procedimento licitatório:

- a) as agências reguladoras, por serem autarquias de regime especial.
- b) as fundações públicas, por possuírem natureza jurídica de direito privado.
- c) as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, na venda de bens por ela produzidos em virtude de suas finalidades.
- d) as empresas públicas, devido a sua natureza jurídica de direito privado.
- e) as agências executivas que firmarem com a União contrato de gestão, nos termos do parágrafo 8 do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

17- Considerando que o poder de polícia pode incidir em duas áreas de atuação estatal, a administrativa e a judiciária, relacione cada área de atuação com a respectiva característica e aponte a ordem correta.

- (1) Polícia Administrativa
- (2) Polícia Judiciária

- () Atua sobre bens, direitos ou atividades.
- () Pune infratores da lei penal.
- () É privativa de corporações especializadas.
- () Atua preventiva ou repressivamente na área do ilícito administrativo.
- () Sua atuação incide apenas sobre as pessoas.

- a) 1/2/2/1/2
- b) 2/1/2/1/2
- c) 2/2/2/1/1
- d) 1/2/1/1/2
- e) 1/2/2/2/1

18- Relativamente às formas de provimento do servidor público, assinale a opção em que o servidor passa a exercer suas atribuições como excedente.

- a) Reintegração
- b) Readaptação
- c) Recondição
- d) Redistribuição
- e) Reversão, no interesse da Administração

19- A respeito da responsabilidade civil da Administração Pública pode-se afirmar que respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, exceto:

- a) as estatais que explorem atividade econômica.
- b) as agências reguladoras de serviços públicos.
- c) as agências reguladoras de atividades econômicas.
- d) as concessionárias e permissionárias de serviço público.
- e) as fundações públicas, desde que possuam natureza jurídica de direito privado.

20- Caio, servidor público federal efetivo e regularmente investido na função pública, motorista da Presidência da República, ao dirigir carro oficial em serviço, dorme ao volante e atropela uma pessoa que atravessava, prudentemente, em uma faixa de pedestres em Brasília, ferindo-a.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência da responsabilidade civil do Estado, assinale a única opção correta.

- a) Na hipótese, há aplicação da teoria do risco integral.
- b) A teoria aplicada ao caso para a responsabilização do Estado é a subjetiva.
- c) No âmbito de ação indenizatória pertinente e após o seu trânsito em julgado, Caio nunca poderá ser responsabilizado, regressivamente, caso receba menos de dois salários mínimos.
- d) Caso Caio estivesse transportando material radioativo, indevidamente acondicionado, que se propagasse no ar em face do acidente, o Estado só poderia ser responsabilizado pelo dano oriundo do atropelamento.
- e) Na teoria do risco administrativo, há hipóteses em que, mesmo com a responsabilização objetiva, o Estado não será passível de responsabilização.

DIREITO CIVIL

21- Se uma lei for publicada no dia 2 de janeiro, estabelecendo prazo de quinze dias de vacância, ela entrará em vigor no dia

- a) 16 de janeiro.
- b) 15 de janeiro.
- c) 20 de janeiro.
- d) 18 de janeiro.
- e) 17 de janeiro.

22- Assinale a opção falsa.

- a) O direito da personalidade é o direito da pessoa defender o que lhe é próprio, como a vida, a identidade, a liberdade, a imagem, a privacidade, a honra etc.
- b) Pessoa idosa poderá sofrer interdição se a senectude originar um estado patológico, retirando-lhe o necessário discernimento para praticar atos negociais.
- c) O direito brasileiro não admite a declaração de morte presumida sem decretação de ausência, para, em casos excepcionais, viabilizar o registro do óbito, resolver problemas jurídicos e regular a sucessão *causa mortis*.
- d) O pródigo é considerado, se sofrer interdição, relativamente incapaz, estando privado, sem assistência de curador, da prática de atos que possam comprometer seu patrimônio.

e) O instituto da incapacidade visa proteger os que são portadores de uma deficiência jurídica apreciável, graduando a forma de proteção.

23- Assinale a opção verdadeira.

- a) A forma única é aquela que, por lei, não pode ser preterida por outra.
- b) O estado de perigo e a lesão são atos prejudiciais praticados em estado de necessidade, visto que na base do estado de perigo há risco patrimonial e na da lesão tem-se risco pessoal.
- c) O erro acidental induz anulação do negócio por incidir sobre a declaração de vontade, mesmo se for possível identificar a pessoa ou a coisa a que se refere.
- d) Exige-se, por lei, que o instrumento particular seja subscrito por duas testemunhas.
- e) O novel Código Civil não admite a conversão do ato nulo em outro de natureza diferente.

24- **A** (promitente-vendedor) assume perante **B** a obrigação de entregar o lote compromissado e a financiar a construção que nele será erguida. Tal obrigação é

- a) alternativa.
- b) facultativa.
- c) cumulativa.
- d) disjuntiva.
- e) simples.

25- A mora *ex re*:

- a) é mora do devedor, decorrente de lei, resultando do próprio fato do descumprimento da obrigação, independentemente, portanto, de provocação do credor.
- b) é mora do devedor e se não houver estipulação de termo certo para a execução da relação obrigacional será imprescindível que o credor tome certas providências para constituir o devedor em mora.
- c) é modalidade de mora do credor.
- d) é aquela a que não se aplica a regra *dies interpellat pro homine*, ou seja, a de que o termo interpela em lugar do credor, pois a *lex* ou *dies* assumirão o papel de intimação.
- e) é a injusta recusa de aceitar o adimplemento da obrigação no tempo, lugar e forma devidos.

26- Se **A** efetivar com **B** contrato escrito para a prestação do serviço "X" por 4 anos, pactuando retribuição de 100 mil reais pelo tempo de duração do acordo, havendo aliciamiento de **B** por **C**, este deverá indenizar **A**, pagando

- a) 100 mil reais.
- b) 150 mil reais.
- c) 250 mil reais.
- d) 200 mil reais.
- e) 50 mil reais.

27- Se no contrato de preparação de áreas, tendo cada uma a extensão "x", para a lavoura, estipular-se pagamento a tanto por área, recebendo o empreiteiro *quantum* relativo ao que foi feito, ter-se-á:

- a) empreitada a preço fixo absoluto.
- b) empreitada por medida.
- c) empreitada a preço fixo relativo.
- d) empreitada de valor reajustável.
- e) empreitada por preço de custo.

28- É obrigação do comodante:

- a) pagar despesas ordinárias feitas com o uso e gozo da coisa.
- b) responsabilizar-se, solidariamente, se houver mais comodatários.
- c) restituir a coisa emprestada *in natura* no momento devido.
- d) pagar não só as despesas extraordinárias e necessárias, feitas em caso de urgência, para a conservação da coisa, mas também os dispêndios não relacionados com a fruição do bem dado em comodato.
- e) responder pela mora, suportando os riscos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29- A propósito de competência, assinale a opção incorreta.

- a) Modificações incidentes sobre a competência territorial ou por valor não têm a virtude jurídica de infringir a regra da *perpetuatio jurisdictionis*.
- b) A superveniente modificação legislativa da competência *ratione materiae* afasta o princípio da inalterabilidade da competência absoluta.
- c) Juiz substituto é incompetente para julgar as ações concernentes à capacidade da pessoa.
- d) Na ação de usucapião especial, a presença da União ou de qualquer de seus entes afasta a competência *ratione loci*.
- e) Se as ações conexas tramitam em comarcas diferentes, aplica-se a regra do art. 219 e não o art. 106 do CPC.

30- Assinale a opção verdadeira.

- a) A decisão proferida na causa em que atua o substituto processual faz coisa julgada para o substituído.
- b) A legitimidade *ad processum* é uma das condições da ação: concerne à legitimidade para estar em juízo.
- c) O curador à lide tem obrigação de contestar ou embargar.
- d) O juiz não pode determinar de ofício a inclusão do cônjuge, sob pena de infringir o art. 2º do CPC, no pólo passivo da demanda, nas demandas possessórias, quando o imóvel pertence a apenas ao demandado indicado na petição inicial.

e) Gera preclusão a omissão da alegação de prescrição na contestação (inteligência dos princípios da eventualidade e da preclusão: arts. 245 e 303 do CPC).

31- Contemplado no sorteio do Consórcio Boa Sorte, Caio adquiriu da concessionária Volvo no Distrito Federal um automóvel. Ao retirá-lo, ocorreu-lhe a idéia de instalar no veículo dispositivo de segurança para evitar furto. Dirigiu-se, então, à Furto Zero, empresa especializada na instalação do equipamento. Feito isso, guardou seu Volvo na garagem de sua casa. Horas mais tarde, dito automóvel foi tomado completamente pelo fogo. Chamado, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal apagou o incêndio e, depois, elaborou laudo. Neste constou a causa do evento como "indeterminada". Caio procurou a Volvo para cobrar a responsabilidade pelo "incêndio espontâneo", a qual remeteu a causa à instalação do dispositivo de segurança. Esta empresa, todavia, eximiu-se da responsabilidade alegando que o equipamento era incapaz de produzir incêndio. Esgotados os meios suasórios, a Caio não restou outra opção senão ajuizar ação de indenização contra o(s) responsável(is). Têm (ou tem) legitimidade passiva *ad causam*

- a) a Volvo e a Furto Zero.
- b) a concessionária Volvo, a montadora Volvo e a Furto Zero.
- c) a concessionária Volvo, a montadora Volvo, a Furto Zero e a fabricante do equipamento de segurança.
- d) apenas a Furto Zero.
- e) nenhuma das opções, pois não foi comprovada a causa do incêndio no automóvel de Caio.

32- Na questão anterior, caso Caio pretendesse ajuizar a demanda contra mais de uma pessoa haveria a formação de:

- a) litisconsórcio necessário e unitário.
- b) litisconsórcio necessário em razão de contrato(s).
- c) litisconsórcio facultativo.
- d) litisconsórcio necessário, mas não unitário.
- e) litisconsórcio necessário em razão de lei.

33- Ainda na hipótese do caso descrito na 31ª questão, caso alguma seguradora (seguradoras de algumas das pessoas jurídicas: revendedora, montadora, instaladora e fábrica do dispositivo de segurança, ou a seguradora do veículo adquirido por Caio), mesmo não acionada, pretendesse(m) intervir no processo em razão do ajuizamento da ação contra seu segurado, deveria fazê-lo por meio de

- a) nomeação à autoria.
- b) oposição.
- c) assistência simples.
- d) assistência litisconsorcial.
- e) chamamento ao processo.

34- Assinale a opção verdadeira.

- a) A denúncia à lide deve ser formalizada com os mesmos requisitos da petição inicial (art. 282 do CPC).
- b) Tem-se por prejudicada, e, conseqüentemente, extinta sem apreciação do mérito, a denúncia à lide quando o litisdenunciante for vencedor na demanda principal.
- c) Não há obrigatoriedade de denúncia à lide vinculada à responsabilidade civil.
- d) Nas hipóteses do art. 70 do CPC, a não-denúnciação à lide acarreta a perda da pretensão regressiva.
- e) Indeferida a denúncia à lide, fica o denunciante impossibilitado de em ação autônoma postular os direitos que da evicção lhe resultam.

35- A respeito de nulidade é correto afirmar:

- a) no sistema processual brasileiro, a nulidade *pleno jure* da citação não impede a formação da coisa julgada material e está sujeita ao decurso bienal da ação rescisória.
- b) a falta da intervenção obrigatória do Ministério Público em primeiro grau de jurisdição gera a nulidade do processo e não é suprida pela intervenção da Procuradoria de Justiça perante o colegiado de segundo grau.
- c) a impropriedade da ação não impede a sua conversão em outra.
- d) os atos inexistentes jamais convalidam e não podem ser supridos.
- e) saneado o processo, ficam preclusas as objeções e as exceções substanciais.

36- Assinale a opção falsa relativamente à prova no Direito Processual Civil.

- a) O dever de fundamentar as decisões constitui restrição ao princípio do livre convencimento do juiz.
- b) O CPC adota em matéria de prova o sistema dispositivo rígido.
- c) O dever de julgar com os elementos existentes nos autos constitui restrição ao princípio do livre convencimento do juiz.
- d) Havendo conflito entre as provas pericial e oral, prevalecerá a primeira.
- e) A recusa da parte em submeter-se ao exame judicial acarreta-lhe presunção desfavorável.

37- Argúem-se por meio de exceção, exceto:

- a) a defesa de mérito.
- b) a conexão.
- c) a suspeição.
- d) o impedimento.
- e) a incompetência.

38- A propósito de sentença, assinale a opção falsa.

- a) É absolutamente nula a sentença ilíquida quando foi formulado pedido certo pelo autor.
- b) O *jus superveniens* (CPC, art. 462) não se dirige apenas ao juiz de primeiro grau de jurisdição.
- c) O provimento judicial de mérito deve ser certo, ainda que ilíquido, assim compreendida também a relação jurídica de direito material pendente de condição.
- d) Não deve o tribunal declarar a nulidade de sentença não embargada omissa a respeito de um dos pedidos cumulados.
- e) No caso de julgamento *ultra petita* a nulidade pode deixar de ser declarada quando a sentença puder ser decotada na instância revisora.

DIREITO COMERCIAL

39- O legislador brasileiro, ao classificar as companhias em abertas e fechadas, no que diz respeito à sua natureza jurídica, pode afirmar que

- a) se optou pela corrente que vê nas anônimas uma instituição do capitalismo.
- b) se aceita que a base das anônimas é o contrato plurilateral.
- c) se trata de uma combinação das duas correntes-contrato na constituições e instituição após o registro do instrumento.
- d) a lei brasileira permite duas leituras: as companhias abertas são instituições e as fechadas contratos.
- e) inexistindo restrições à circulação das ações, dever-se-á considerar as companhias fechadas, assim como as abertas, instituições.

40- Quanto aos direitos dos acionistas, pode-se dizer que

- a) eles são iguais entre preferencialistas e ordinários no tocante ao aspecto econômico.
- b) quando o preferencialista adquire direito de no caso previsto em lei, este direito passa a integrar a ação definitivamente.
- c) o direito de retirada na companhia fechada e na aberta é absolutamente idêntico.
- d) o direito de voto pode ser restringido mesmo em relação às ações ordinárias.
- e) os titulares de ações de fruição perdem o direito de voto.

41- O acordo de acionistas, disciplinado no art. 118 da Lei n. 6.404/76 e alterações posteriores, como qualquer pacto parassocial pode ser considerado

- a) segundo seja de voto ou de preferência para a compra de ações, de negócio político e patrimonial, respectivamente.
- b) mecanismo para preservação do controle da companhia.
- c) meio de partilha do poder nos casos de acordos de voto.
- d) mecanismo de partilha da mais valia do controle se considerada a preferência para a compra de ações.
- e) forma de submissão de alguns acionistas aos ditames de quem detenha o poder para determinar a direção do voto.

42- A existência de conselho de administração, obrigatória nas companhias abertas e de capital autorizado, equivale à (a)

- a) delegação de competência da assembléia geral a outro colegiado.
- b) partilha de poder entre grupos de acionistas dada a composição do Conselho de Administração.
- c) administração dual para garantir maior eficiência na tomada de decisões.
- d) possibilidade de inclusão de não acionistas na composição do Conselho de Administração.
- e) dar representatividade especial aos minoritários de forma a que as deliberações dos Conselhos de Administração sejam mais equitativas.

43- A função do capital social nas companhias é

- a) garantir credores sociais.
- b) fixar a responsabilidade dos acionistas pelas dívidas da sociedade.
- c) garantir que modificações da cifra capital social fixada no Estatuto obedeça às prescrições legais.
- d) irrelevante por falta de restrição relativamente à assunção de riscos extraordinários.
- e) fruto de ser a anônima modelo recente de organização da atividade econômica.

44- O Código Civil – Lei n. 10.406/2002 – ao incluir disposições sobre matéria cambiária, trouxe importante modificação doutrinária que consiste em

- a) positivar a definição de Vivante.
- b) ampliar os tipos de documentos cambiários.
- c) gerar incerteza relativamente à circulação de direitos cambiários.
- d) aproximar direitos cambiários dos cambiariformes.
- e) facultar, no exercício da autonomia privada, a criação de documentos constitutivos.

45- Considere-se um título de crédito emitido parcialmente em branco, devendo ser preenchido pelo portador segundo os termos de um pacto adjecto. Nesse caso,

- a) o devedor poderá impugnar perante terceiro, em qualquer situação, o seu preenchimento em desconformidade com os ajustes realizados.
- b) se o preenchimento se deu em desconformidade com os ajustes e depois foi assim endossado a terceiro, o devedor poderá impugnar o pagamento apenas em relação ao favorecido original.
- c) o portador do título, preenchido indevidamente e objeto de uma série regular de endossos, poderá sofrer oposição do devedor, pois as transmissões ficaram contaminadas pelo vício referido.
- d) se o pacto adjecto não acompanhar a circulação do título, jamais qualquer credor poderá sofrer impugnação por parte do devedor diante do descumprimento indevido.
- e) a emissão de um título incompleto é risco absoluto que o emitente assume ao fazê-lo.

46- O reconhecimento de direitos sobre criações intelectuais, monopólio legal, visa a

- a) estimular inovações tecnológicas.
- b) evitar concorrência predatória e preservar mercados.
- c) favorecer o esforço de reconhecimento de qualidade de produtos ou serviços ligados à marca.
- d) inibir comportamentos indesejados como a reprodução de idéias inovadoras.
- e) premiar o talento do autor da criação.

DIREITO SECURITÁRIO

47- A classificação dos seguros em ramos elementares e vida espelha

- a) a diferente valoração atribuída a bens jurídicos pelas comunidades.
- b) a forma de cálculo dos prêmios.
- c) a possibilidade de fixar valor para a vida humana.
- d) a cobertura de prejuízos materiais decorrentes de evento imprevisto.
- e) a possibilidade de mais de uma cobertura nos seguros de vida.

48- A disciplina jurídica dos seguros privados representa a positivação de

- a) busca de garantias para atender necessidades resultantes de eventos futuros.
- b) modelos estatísticos aplicados à sinistralidade.
- c) preocupação com a concentração de riscos em certas populações.
- d) defesa contra fatos da natureza.
- e) organização de estrutura de garantias recíprocas entre pessoas sujeitas ao mesmo risco.

49- O seguro de vida caracteriza-se por

- a) garantir ao segurado, desde que ultrapasse a idade convencional, o recebimento da indenização pactuada.
- b) garantir ao segurado pagamento de parcelas mensais de montante predeterminado.
- c) garantir aos herdeiros do segurado nomeados na apólice, o recebimento do montante pago à seguradora.
- d) dar ao beneficiário a faculdade de oferecê-lo como garantia na contratação de empréstimos
- e) representar uma forma de poupança voluntária do segurado em benefício seu ou de terceiros.

50- Resseguro e retrocessão são institutos próprios dos sistemas de seguros privados. Assinale a opção que não corresponde aos objetivos destes institutos:

- a) diluir riscos.
- b) cumprir exigências atuariais que garantam o bom funcionamento do sistema.
- c) o resseguro visa garantir solvência das seguradoras e a retrocessão à do sistema.
- d) transferir riscos entre sociedades que integram o sistema.
- e) manter íntegras as reservas para pagamento de sinistros.

51- O sistema de seguros privados regido pelo Decreto Lei n. 73/1966 caracteriza-se por

- a) promover a dispersão de riscos.
- b) disseminar modelos de cobertura de riscos determinados.
- c) estruturar as operações de seguros visando a estimular o desenvolvimento nacional.
- d) dar prioridade às seguradoras nacionais no oferecimento de cobertura para riscos.
- e) ser o interesse - relação entre segurado e risco - elemento central do contrato.

52- Seguro e mutualidade diferem dada

- a) a incerteza quanto ao momento em que o sinistro ocorrerá.
- b) a forma de cálculo dos prêmios.
- c) a maneira pela qual são constituídas as reservas para cobrir necessidades geradas pelos eventos previstos.
- d) o cálculo atuarial requerido no primeiro que pode ser dispensado na mutualidade.
- e) a política legislativa de formação dos grupos de segurados.

53- O cos-seguro, tal como previsto no Código Civil Brasileiro, leva à

- a) estruturação, sob forma consorcial, da prestação da garantia.
- b) assunção de riscos extraordinários pelo conjunto de co-seguradores.
- c) eficiente distribuição de riscos entre co-seguradores.
- d) ampla pulverização de riscos.
- e) preservação das reservas para liquidação de sinistros.

54- Partindo da premissa de que o seguro saúde é espécie de seguro de danos, a garantia prestada pela seguradora, no que se refere ao resseguro, pode ser equiparada à

- a) exigida nos seguros de coisa, em geral.
- b) exigida nos seguros de responsabilidade civil.
- c) exigida nos seguros obrigatórios de indenização tarifada.
- d) prevista para seguros de risco ilimitado.
- e) determinada para seguros de acidentes pessoais.

55- Em razão da idade do consumidor, ou da condição de pessoa portadora de deficiência,

- a) ninguém pode ser privado de participar de planos ou seguros privados de assistência à saúde.
- b) a operadora do plano pode recusar a participação de pessoas de idade superior à idade média de sobrevivência no Brasil, baseada no desbalanceamento das condições contratuais de risco.
- c) qualquer pessoa acima de sessenta anos tem o direito de plano ou seguro privado de saúde, não permitida a variação da contraprestação em favor da operadora.
- d) os portadores de deficiência terão o direito de participar de planos da espécie, com direitos restritos aos fatores decorrentes de sua condição pessoal.
- e) para o efeito da classificação de deficiência em relação aos planos acima, o cadeirante (pessoa que usa cadeira de rodas) não é considerado deficiente, pois é dotado de mobilidade relativa.

56- O plano de seguro-referência de assistência à saúde com cobertura assistencial

- a) jamais cobre casos de cataclismos, guerras e comoções internas.
- b) não retira do paciente os direitos em casos de tratamentos antiéticos se apenas o médico conhecia esse fato.
- c) cobre tratamentos correspondentes a próteses estéticas, se o defeito causar depressão ao paciente.
- d) abrange tratamento de efeitos pós-operatórios a cesáreas, em unidades de terapia intensiva, independentemente de erro médico.
- e) abrange os procedimentos odontológicos em geral.

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

57- Interpretação gramatical é

- a) a ampliação do sentido da regra jurídica, quando o operador do direito conclui que o legislador menos disse do que pretendia.
- b) a comparação de regras de um mesmo sistema jurídico, em suas várias expressões normativas, de modo a compatibilizar-se o sentido buscado pelo intérprete.
- c) o recurso a outras normas de um mesmo sistema jurídico, de modo que o intérprete possa suprir aparente omissão no ordenamento jurídico.
- d) a busca do significado dos termos e expressões da regra jurídica, de modo a aclarar-lhe, filologicamente, o sentido.
- e) a pesquisa dos antecedentes legislativos, das razões e objetivos que determinaram a sua integração ao ordenamento positivo, de maneira a objetivar-se um significado razoável para a regra jurídica.

58- Assinale a afirmação correta.

- a) A convenção coletiva de trabalho é fonte material heterônoma do Direito do Trabalho.
- b) A lei é fonte formal autônoma do Direito do Trabalho.
- c) A sentença normativa é fonte formal heterônoma do Direito do Trabalho.
- d) O acordo coletivo de trabalho é fonte material autônoma do Direito do Trabalho.
- e) Os fatos sociais são fontes formais autônomas do Direito do Trabalho.

59- Assinale a afirmação correta.

- a) O trabalhador readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- b) O empregado que for aposentado por invalidez terá interrompido o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de Previdência Social para a efetivação do benefício.
- c) O contrato de experiência não poderá exceder de 120 (cento e vinte) dias.
- d) Ao trabalhador que comete falta grave, a Lei imputa a rescisão indireta do contrato individual de trabalho.
- e) Presume-se a continuidade do contrato individual de trabalho, quando, dado o aviso-prévio, o empregador o reconsidera, antes de seu termo, comunicando a decisão ao trabalhador.

60- Para evitar pleitos de equiparação salarial, a empresa que possuir quadro organizado em carreiras deverá realizar promoções

- a) sucessivas pelos critérios de produtividade e antigüidade.
- b) alternadas pelos critérios de merecimento e antigüidade.
- c) alternadas pelos critérios de assiduidade e mérito.
- d) alternadas pelos critérios de antigüidade e de provas e títulos.
- e) sucessivas pelos critérios de produtividade e merecimento.

61- Assinale a afirmação incorreta.

- a) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 (vinte e cinco) horas semanais.
- b) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.
- c) Os intervalos de descanso intrajornada não serão computados na jornada de trabalho.
- d) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.
- e) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 10 (dez) minutos, observado o limite máximo de 20 (vinte) minutos diários.

62- Assinale a afirmação incorreta.

- a) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por mais de 30 (trinta) dias.
- b) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.
- c) O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá o direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- d) As férias coletivas anuais poderão ser gozadas em três períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.
- e) O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

63- Assinale a opção correta.

- a) É segurado obrigatório da Previdência Social o estrangeiro domiciliado e contratado no exterior, para trabalhar em agência de empresa nacional no seu país de origem.
- b) É segurado obrigatório da Previdência Social, como autônomo, o ministro de confissão religiosa.
- c) Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao regime geral de Previdência Social poderá optar por filiar-se em relação a uma delas.
- d) Para fins previdenciários, equipara-se à empresa a pessoa física, proprietária ou não, que explore atividade agropecuária, diretamente ou através de prepostos e com o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não-contínua.
- e) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 120 (cento e vinte) dias após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.

64- Assinale a opção incorreta.

- a) Para efeito de acidente do trabalho, não são consideradas doença do trabalho a doença degenerativa, a inerente a grupo etário e a que não produza incapacidade laborativa.
- b) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- c) As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispõe o regulamento, mas, quando o pagamento do salário não for mensal, o salário-família será pago juntamente com o primeiro pagamento do mês subsequente ao vencido.
- d) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança com mais de um ano e até quatro anos completos, por 60 (sessenta) dias.
- e) O segurado que, tendo direito à aposentadoria por tempo de serviço, optar pelo prosseguimento na atividade, fará jus ao abono de permanência em serviço, mensal, correspondendo a 25% (vinte e cinco por cento) dessa aposentadoria para o segurado com 35 (trinta e cinco) anos ou mais de serviço e para a segurada com 30 (trinta) anos ou mais de serviço.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

65- As nulidades, no processo do trabalho:

- a) devem ser declaradas de ofício pelo juiz.
- b) prejudicam todos os atos processuais pregressos.
- c) podem ser apontadas a qualquer momento.
- d) pressupõem, para ver-se declaradas, manifestação imediata da parte prejudicada.
- e) não toleram suprimento da falha.

66- Entre a data de protocolização da petição inicial e a realização da audiência haverá prazo mínimo de:

- a) 20 dias.
- b) 15 dias.
- c) 10 dias.
- d) 8 dias.
- e) 5 dias.

67- Assinale a afirmação incorreta.

- a) Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre Vara do Trabalho e respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- b) É vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.
- c) No ato de suscitar o conflito, deverá a parte interessada produzir a prova da existência dele.
- d) Os conflitos de jurisdição serão decididos pelo Tribunal Superior do Trabalho, quando suscitados entre Varas e Juízos de Direito sujeitos à jurisdição de Tribunais Regionais diferentes.
- e) No Tribunal Regional, havendo conflito positivo de jurisdição entre Varas, poderá o relator ordenar que sobrestejam o andamento dos respectivos processos.

68- Indeferida pelo Juiz da Vara do Trabalho a oitiva de testemunha, com os protestos da parte, caberá:

- a) insurreição por agravo de instrumento, retido nos autos.
- b) manifestação restrita a agravo de petição.
- c) oposição de recurso de revista.
- d) manifestação oportuna em recurso ordinário.
- e) impetração de mandado de segurança.

69- No processo do trabalho, é correto afirmar-se que

- a) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, inclusive para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- b) adotado o procedimento sumaríssimo, a sentença dispensa relatório.
- c) a execução da ação rescisória faz-se nos próprios autos, perante o Tribunal Regional.

- d) erros materiais na sentença poderão ser corrigidos, desde que interpostos embargos de declaração.
- e) a sentença prolatada em ação de cumprimento é irrecurável.

70- Assinale a afirmação correta.

- a) Nos dissídios coletivos julgados parcialmente procedentes, suscitante e suscitado responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal.
- b) No caso de recurso, as partes deverão comprovar o recolhimento das custas até cinco dias após o decurso do prazo recursal.
- c) As autarquias e fundações públicas municipais pagam custas a final.
- d) O recolhimento de custas, quando da interposição do recurso ordinário, garante a interposição do recurso de revista, ainda que majorada a condenação pelo Tribunal Regional.
- e) No processo de execução, o Exeqüente pagará as custas relativas ao agravo de petição, quando sucumbente.

71- O prazo para as pessoas jurídicas de direito público oferecerem contra-razões aos recursos contra elas interpostos é

- a) duplo.
- b) triplo.
- c) quádruplo.
- d) quántuplo.
- e) simples.

72- Em execução trabalhista,

- a) não cabe recurso de revista.
- b) o recurso de revista caberá contra decisão que contrariar a legislação ordinária.
- c) o recurso de revista caberá quando houver violação de norma constitucional.
- d) o recurso de revista tipicamente repele a figura do prequestionamento.
- e) o recurso de revista caberá quando constatada divergência jurisprudencial.

73- No processo do trabalho, o prazo para as empresas públicas embargarem a execução é de

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 10 dias.
- d) 8 dias.
- e) 5 dias.

74- No que diz respeito aos dissídios coletivos, é incorreto afirmar-se que

- a) a adequação da representação pressupõe a exposição dos motivos do dissídio e das bases de conciliação.
- b) recebida e protocolizada a representação, a audiência de conciliação será designada pelo Presidente do Tribunal dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- c) havendo acordo na audiência de conciliação, o Presidente do Tribunal desde logo o homologará.
- d) a sentença normativa vigorará, quando não existir acordo, convenção ou sentença normativa em vigor, da data do ajuizamento.
- e) contra a sentença normativa proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, observados os pressupostos próprios, cabe recurso ordinário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

75- A Constituição Federal outorga competência tributária, ou seja, aptidão para criar tributos, aos diversos entes da Federação. Sobre essa afirmativa, podemos dizer que

- a) a contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, poderá ser cobrada pelo ente executor da obra da qual os contribuintes tenham-se beneficiado, ou, no caso de omissão deste, pela União.
- b) as taxas poderão ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou postos à disposição do contribuinte.
- c) a aplicação dos recursos provenientes de empréstimos compulsórios será preferencialmente vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- d) os impostos terão, sempre que possível, caráter pessoal e base de cálculo diversa das taxas.
- e) todos os tributos deverão respeitar a capacidade econômica dos contribuintes.

76- O Sistema Tributário Nacional é disciplinado na Constituição Federal de 1988 a partir do art. 145. Sobre seus princípios gerais (arts. 145 a 149-A), é incorreto afirmar-se que,

- a) a fim de conferir efetividade aos princípios da pessoalidade e da capacidade econômica do contribuinte, facultar-se à administração tributária identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas a que se dedique o contribuinte.
- b) embora originalmente não tenha sido elaborado com o atendimento aos requisitos de tal espécie normativa, o Código Tributário Nacional, sendo lei ordinária, foi recepcionado pela Constituição com o *status* de lei complementar. Portanto, suas alterações somente podem ser efetuadas por intermédio de lei complementar.
- c) aos Municípios e ao Distrito Federal é facultada a instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, na forma da respectiva lei; todavia, se optarem por cobrá-la, tais entes deverão fazê-lo por via da respectiva fatura de consumo de energia elétrica.
- d) a instituição de contribuições de intervenção no domínio econômico é da competência exclusiva da União, não podendo, portanto, ser delegada a outros entes federativos, como Estados, Municípios e Distrito Federal.
- e) somente a União possui a competência para a instituição de duas diferentes modalidades de empréstimos compulsórios, sendo necessário, para ambas, a edição de lei complementar.

77- A Emenda Constitucional n. 42/2003 promoveu algumas alterações no Sistema Tributário Nacional, objetivando dar tratamento diferenciado às pequenas e médias empresas.

Considerando esse dado, avalie o acerto das afirmações abaixo; em seguida, marque a opção correta.

- I. lei complementar poderá instituir regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - II. uma vez instituído o regime único a que se refere o item I acima, poderá o contribuinte optar ou não por ele.
 - III. ainda sobre o regime mencionado no item I, se vier a ser adotado, nele não poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado.
 - IV. os entes federados poderão, no regime único, adotar cadastro único de contribuintes.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Há apenas um item correto.
 - c) Há apenas dois itens corretos.
 - d) Há apenas três itens corretos.
 - e) Todos os itens estão errados.

78- Da obrigação tributária principal decorre o crédito tributário, com a mesma natureza. Sobre a obrigação tributária, nos termos do art. 113 e seguintes do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), é correto afirmar-se que

- a) em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo falimentar pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.
- b) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos do Código Tributário Nacional.
- c) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ou não ao fato gerador da respectiva obrigação, desde que se exclua totalmente a responsabilidade do contribuinte.
- d) uma vez verificado o nascimento da obrigação tributária, com a realização do fato gerador, o sujeito passivo torna-se imediatamente compelível ao pagamento do tributo pertinente, sendo desnecessária a prática de quaisquer atos formais por parte do sujeito ativo, em quaisquer hipóteses.
- e) a responsabilidade por infrações da legislação tributária somente é excluída pela denúncia espontânea da infração quando acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

79- Um dos efeitos da definição do fato gerador dos tributos, em geral, é o de estabelecer os conceitos de *incidência*, *não-incidência*, *imunidade* e *isenção*. Sobre estas, é incorreto afirmar-se que

- a) há *incidência* de tributo quando determinado fato, por enquadrar-se no modelo abstratamente previsto pela lei, faz nascer a obrigação de recolher tributo.
- b) a *isenção* concedida por prazo certo e em função de determinadas condições não pode ser revogada nem reduzida.
- c) a *não-incidência* caracteriza-se pela não previsão do fato na hipótese de incidência.
- d) a *imunidade* é uma hipótese de não-incidência constitucionalmente qualificada.
- e) consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, consubstanciado em Súmula, a revogação de *incidência* não tem eficácia imediata, já que equivaleria à criação ou majoração de tributo.

80- Em relação aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária avalie o acerto das afirmações abaixo. Em seguida, marque a opção correta.

- I. o sujeito passivo da obrigação tributária principal, em regra, é aquela pessoa que realiza o seu fato gerador.
 - II. a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais; porém, assim como esta, aquela também pode sujeitar-se a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais.
 - III. sendo o sujeito passivo pessoa jurídica, sua capacidade tributária independe de estar ela regularmente constituída, nos termos do direito civil, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
 - IV. chama-se sujeito ativo da obrigação tributária a pessoa jurídica de direito público dotada da competência para exigir seu cumprimento.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Há apenas três itens corretos.
 - c) Há apenas dois itens corretos.
 - d) Há apenas um item correto.
 - e) Todos os itens estão errados.

81- Sobre a responsabilidade tributária, tratada nos arts. 128 e seguintes do Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar-se que

- a) o cônjuge meeiro é solidariamente responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação.
- b) o adquirente de um bem é pessoalmente responsável pelos tributos relativos a este.
- c) a pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão de outras é responsável pelos tributos devidos até a data do ato por aquelas que tenham sido fusionadas.
- d) os administradores de bens de terceiros são solidariamente responsáveis pelos tributos devidos por estes.
- e) os diretores de uma sociedade empresária são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

82- A concessão de liminar em mandado de segurança, ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, em que se discuta a existência de débito tributário,

- a) constitui hipótese de extinção do crédito tributário, salvo se a decisão for reformada em instância judicial superior.
- b) impede a administração tributária de ter acesso aos livros fiscais do contribuinte.
- c) impede que o contribuinte participe de processo licitatório promovido pela Administração Pública.
- d) somente pode ser deferida pela autoridade judiciária se precedida do depósito do montante integral do crédito discutido.
- e) assemelha-se à isenção e à anistia, no que diz respeito às obrigações acessórias.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, PRIVADO E PROCESSUAL

83- Os tratados internacionais, nos termos da Convenção de Viena, contam com regra geral interpretativa, nomeadamente,

- a) a abstração do contexto e a fixação na literalidade, que inclusive enseja cláusula *rebus sic stantibus*.
- b) a abstração de qualquer prática posterior na aplicação do tratado pela qual fique estabelecido o acordo das partes relativo à interpretação.
- c) a utilização da boa-fé, de conformidade com o sentido comum que deve ser atribuído aos termos do tratado em seu contexto à luz de seu objeto e finalidade.
- d) a vedação de atribuição de sentido especial a termo, mesmo se determinado que esta era a intenção das partes.
- e) a proibição de utilização de meios suplementares de interpretação, especialmente no que toca à utilização da documentação que instrui os trabalhos preparatórios do tratado.

84- Nos termos da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, *Estado negociador*, significa, efetivamente,

- a) um Estado que tenha consentido em se obrigar por um tratado, embora não tenha participado da elaboração do mesmo.
- b) um Estado que participou na elaboração e adoção do texto do tratado.
- c) um Estado que admite os efeitos jurídicos do tratado, por conta de articulação posterior, decorrente de adesão contratual derivada.
- d) um Estado que articulou a confecção de um tratado, geralmente como sede das negociações, embora, posteriormente, se recuse a assinar a tratativa.
- e) um Estado que consentiu em se obrigar por um tratado, de cuja elaboração não participou, mas cujos efeitos lhe são convenientes, obrigando-se, então, na qualidade de *terceiro Estado*.

85- Em relação à aplicação provisória de tratados, é correto afirmar que

- a) o direito dos tratados desconhece modalidades de aplicação provisória.
- b) nos termos de convenção internacional sobre direito dos tratados só se admite aplicação provisória de tratado que verse sobre direitos humanos.
- c) o direito dos tratados recusa-se a reconhecer aplicação provisória, exceto quando há prejuízo material para as partes pactuantes, de modo que a aplicação provisória de tratado se dá apenas em âmbito de direito econômico.
- d) a aplicação provisória é possível enquanto o tratado não entrar em vigor e se assim o próprio tratado dispuser.
- e) a aplicação provisória de tratados depende de comunicação a Estados que não aderiram ao tratado, abrindo-se prazo para novas negociações, independentemente de disposição no tratado que se pretende aplicar.

- 86- Para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente,
- a) a comprovação de requisitos de validade, de legitimidade e de eficácia externa, por parte do interessado.
 - b) a comprovação de que foi confeccionado com base em cláusula compromissória, nos termos da legislação interna e externa, cuja prova é ônus do interessado.
 - c) a homologação de Juiz de Direito que detenha competência para apreciar a matéria objeto do compromisso, se no Brasil a arbitragem tivesse sido realizada.
 - d) a homologação de Juiz Federal que detenha competência para apreciar a matéria objeto do compromisso, se no Brasil a arbitragem tivesse sido realizada, e desde que o conteúdo da decisão seja previsto no ordenamento jurídico interno.
 - e) a homologação do Supremo Tribunal Federal, unicamente.
- 87- A denegação da homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira por vícios formais
- a) não obsta que a parte interessada renove o pedido, uma vez sanados os vícios apresentados.
 - b) obsta que a parte interessada renove o pedido, suscitando preclusão, dado que se presume que o objeto do litígio não é suscetível de ser resolvido por arbitragem.
 - c) obsta que a parte interessada renove o pedido, porque se presume que a aplicação da decisão arbitral ofende a ordem pública internacional.
 - d) não obsta que a parte interessada renove o pedido, independentemente de saneamento dos vícios apresentados, dado que não há limites para requerimentos de homologação, em relação ao mesmo laudo arbitral.
 - e) obsta que a parte interessada renove o pedido, dado que se presume que o vício de formalidade indique instituição desconhecida pelo direito brasileiro.
- 88- Quanto à nacionalidade dos navios, em tema de transporte marítimo, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar dispõe que
- a) todo Estado deve fornecer aos navios que tenha concedido o direito de arvorar a sua bandeira os documentos pertinentes.
 - b) não é obrigação do Estado estabelecer os requisitos necessários para a atribuição de nacionalidade de seus navios.
 - c) não há necessidade de estabelecimento de vínculo substancial entre Estado e navio, para efeitos de fixação de nacionalidade a embarcação.
 - d) não há determinação para que navios transitem com bandeira de um só Estado, dado que em alto-mar há pluralidade de jurisdições.
 - e) durante viagem ou estadia em porto de escala autoriza-se que navios mudem de bandeira, sem que haja requisitos especiais a serem respeitados.
- 89- Em caso de abaloamento ou de qualquer outro incidente de navegação ocorrido a um navio em alto-mar que possa acarretar uma responsabilidade penal ou disciplinar para o capitão ou qualquer outra pessoa a serviço do navio, os procedimentos penais e disciplinares contra essas pessoas
- a) podem ser iniciados perante qualquer autoridade judicial, que tomem conhecimento dos fatos, independentemente da fixação de competência originária.
 - b) só podem ser iniciados perante autoridade judicial ou administrativa do porto mais próximo, por conta de fixação de competência em razão do território marítimo.
 - c) só podem ser iniciados perante as autoridades judiciais ou administrativas do Estado de bandeira ou perante as do Estado do qual essas pessoas sejam nacionais.
 - d) podem ser iniciados perante qualquer autoridade administrativa, que tome conhecimento dos fatos, como decorrência de fixação de competência originária.
 - e) podem também ser iniciados perante autoridade judicial ou administrativa determinada por convenção internacional, à qual se reportem os responsáveis pelo navio, a qualquer tempo.
- 90- O agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará também da imunidade de jurisdição civil e administrativa, exceto:
- a) em ações possessórias e em ações de execução fiscal promovidas pela fazenda pública, por débitos vinculados a impostos de importação e de exportação.
 - b) em reclamações trabalhistas, promovidas por trabalhadores brasileiros, e em ações cautelares fiscais, preparatórias de execução fiscal, para cobrança de quaisquer débitos tributários.
 - c) em medidas de arresto, seqüestro, caução, busca e apreensão, preparatórias de execução por quantia certa, independentemente do autor ou requerente.
 - d) em ação sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditante para os fins da missão.
 - e) em ação sucessória na qual o agente diplomático não figure, a título público ou privado, como auxiliar do executor testamentário, auxiliar do administrador, representante do herdeiro ou representante do legatário.